A Emergência de um Líder Nacionalista: a atuação parlamentar de Leonel Brizola e o debate sobre os rumos do desenvolvimento econômico gaúcho (1947-1951)

Vinícius dos Santos Fernandes¹

RESUMO

FERNANDES, V. dos S. **A emergência de um líder nacionalista: a atuação parlamentar de Leonel Brizola e o debate sobre os rumos do desenvolvimento econômico gaúcho (1947-1951).** Este artigo objetiva analisar a atuação de Leonel Brizola na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul durante a primeira legislatura do pós-guerra, sobretudo seu posicionamento diante das diferentes proposições sobre o desenvolvimento econômico do Estado. Este tema se constitui num importante norteador para a compreensão do modelo de Estado e de regime político e econômico que seria desenvolvido entre os anos do chamado intervalo democrático (1945-1964), bem como das relações que se estabelecem entre as lideranças políticas e seus eleitores. Compreende-se que elementos importantes do trabalhismo brasileiro e da relação estabelecida entre os líderes políticos trabalhistas e a classe trabalhadora podem ser alcançados através da análise dos anos iniciais da trajetória política desse importante estadista.

Palavras-chave: Leonel Brizola; trabalhismo; desenvolvimento econômico gaúcho.

ABSTRACT

FERNANDES, V. dos S. **The rise of a nationalist leader: the parliamentary action of Leonel Brizola and the debate on Rio Grande do Sul's economic development (1947-1951).** This article aims to analyze Leonel Brizola's performance in Rio Grande do Sul's Legislative Assembly during the first postwar legislature, particularly his standings on the various propositions on economic development of the State. This topic constitutes an important guideline for understanding the State, political and economic models for regime that would be developed from 1945 to 1964, as well as the relationships established between the political leaders and their constituents. It is understood that important elements of the Brazilian "Laborism" and the relationship established between its political leaders and the working class can be achieved by analyzing the early years of the political history of this important statesman.

Key words: Leonel Brizola; laborism; Rio Grande do Sul economic development.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 80, delineou-se uma nova abordagem acerca do período histórico compreendido entre os anos de 1945 e 1964 da República brasileira, evidenciando as limitações explicativas existentes no conceito de populismo. (FERREIRA, 2001)

Da crítica ao aspecto manipulador e à passividade dos trabalhadores, expressos no conceito de populismo, emergiu o conceito de trabalhismo. Por essa nova perspectiva, o que existiu na relação entre líderes políticos e classe trabalhadora foi negociação, um pacto estabelecido entre atores

desiguais, no qual os trabalhadores reconheceram o papel ativo do Estado na implementação dos direitos sociais e, em contrapartida, o apoiou.

Longe dos ganhos puramente materiais, nessa relação ainda esteve presente uma dimensão simbólica, operada durante o regime ditatorial de Getúlio Vargas, na qual o Estado ressignificou as demandas dos trabalhadores e as apresentou como doações.

Pela amplitude do período que procura descrever, a abordagem trabalhista por vezes desconsidera os aspectos empíricos de realidades sociais regionais, bem como de seus líderes políticos e a maneira pela qual se deu a relação entre os atores envolvidos no processo: trabalhadores, Estado e líderes políticos.

Este artigo opta, portanto, por compreender melhor alguns dos elementos do trabalhismo de um dos principais líderes do período e símbolo da chamada “era trabalhista”: Leonel de Moura Brizola.²

A maioria dos estudos que se preocupou em analisar a trajetória política de Brizola, em sua maior parte obra de militantes políticos e ex-companheiros, concentrou sua atenção a partir de sua atuação no comando da prefeitura de Porto Alegre, entre os anos de 1956 e 1958. Poucos elementos são mencionados sobre sua atuação enquanto deputado estadual no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1947 a 1951 e de 1951 a 1955. (BANDEIRA, 1979)

O principal motivo para tanto reside no fato de seus feitos de maior repercussão política e social e que contribuíram para fazer dele um político de projeção nacional terem acontecido nesse período, entre eles: a campanha da legalidade, na defesa do mandato de João Goulart em 1961; a resistência ao Golpe de 1964 quando governador do Rio Grande do Sul; a encampação das subsidiárias da Bond & Share e da ITT em Porto Alegre, motivos responsáveis pela imagem de nacionalista e radical que pesaria sobre sua figura nos anos posteriores.

Talvez por isso, inclusive, a historiografia sobre o Partido Trabalhista Brasileiro situe a atuação de Brizola no período conhecido como os anos sem Vargas, ou seja, o que se inicia com o suicídio de Getúlio, em 1954, e se encerra em 1964, caracterizado pela disputa entre lideranças secundárias pelo lugar de comando do Trabalhismo Brasileiro.

Como elementos de sua atuação política nesse período, são destacados pela historiografia, seu forte carisma e personalismo que, associados ao tom apaixonado do seu discurso nacionalista, o projetaram como expressão maior do processo de radicalização vivido pelo PTB. (SENTO-SÉ, 2008)

Para compreender, entretanto, as posteriores ações de Brizola, é importante uma análise mais detalhada de sua atuação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que contribuiu decisivamente para sua formação política e projeção enquanto um dos grandes líderes do trabalhismo brasileiro.

Este artigo proporá essa difícil tarefa através da análise de um dos temas em cujo debate Brizola se envolveu em seu primeiro mandato no legislativo gaúcho, o debate sobre o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, para, dessa maneira, contribuir para a compreensão dos anos iniciais da conjuntura da história republicana brasileira que se inicia com a deposição de Getúlio Vargas e se encerra com o movimento civil-militar de 1964.

O trabalho que segue está dividido em três momentos: primeiro, serão apresentados alguns dados biográficos. Posteriormente, a análise tratará da conjuntura em que o ator político se movimenta, tanto em nível estadual como federal. Por fim, comentaremos alguns elementos de sua atuação enquanto deputado estadual. Para tanto, serão utilizadas fontes primárias, adquiridas através de viagem exploratória a Porto Alegre, realizada em julho de 2009 e proporcionada pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD).

DAS ORIGENS AO INGRESSO NO PTB

Nascido em Carazinho, no ano de 1922, Brizola passou por sérias dificuldades na vida até chegar a deputado estadual em 1947. Teve o pai morto ainda muito jovem, com um ano, por conta da Revolução de 1923. (BRIZOLA, 2010)

Foi alfabetizado pela mãe. Teve uma infância muito pobre e desde cedo, precisou trabalhar. Entre 1933 e 1936, ficou sob os cuidados de um casal presbiteriano. Conseguiu se dedicar mais aos estudos e partiu para Porto Alegre munido de uma carta de recomendação do prefeito de Carazinho.

Morou sozinho na capital gaúcha e trabalhou para custear suas despesas e seus estudos. Formado pelo Instituto Agrícola de Viamão no ano de 1939, virou funcionário do Departamento de Parques e Jardins da prefeitura de Porto Alegre.

Completo os estudos no Colégio Júlio de Castilhos e, no ano de 1945, ingressou na faculdade de engenharia do Rio Grande do Sul. Ainda enquanto cursava a escola de engenharia, foi eleito para a Assembleia gaúcha, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, no ano de 1947. Completo o curso em 1949.

Sua opção pelo trabalhismo, como ele mesmo destacou em entrevista a Moniz Bandeira, se deu em função de ter vivenciado a ebulição das movimentações quereristas em 1944 e 1945.

Ingressei na política por impulso, que era o mesmo de um grupo de estudantes, todos trabalhadores como eu, buscando algo diferente dos partidos tradicionais e das perspectivas que o PCB descortinava. Éramos todos jovens e nos identificávamos com aquela massa anônima, a percorrer as ruas de Porto Alegre, gritando 'Getúlio, Getúlio' e empunhando faixas com toscas inscrições em favor dos sindicatos e das garantias do trabalho. (BANDEIRA, Moniz. 1978, p.177)

Sua atuação no PTB aparece, no livro citado acima, como uma tendência natural, de consciência de classe, em função de sua condição de estudante e trabalhador e das opções políticas fornecidas pelos partidos que se estruturavam nesse período. Entre o elitismo do PSD e sectarismo e a ideologia do PCB, sua opção foi ingressar no PTB.

Brizola, entretanto, não se limita a ser espectador do jogo político e sua opção pelo PTB não é apenas um reflexo da identificação de classe impulsionada pelo movimento quererista, como podemos verificar pelos comentários de Sereno Chaise, que na época dividia com ele um quarto numa pensão de Porto Alegre.

No começo do PTB, o próprio Vecchio estava na Ala trabalhista do PSD. Fui um pouco depois disso para o partido. O Brizola esteve com o Vecchio na ala trabalhista do PSD. A rigor, o PTB nasceu do PSD. Todos eram getulistas. (KLÖCKNER, 2007, p.23)

A ala trabalhista do PSD era um grupamento de sindicalistas e de membros sintonizados com as propostas de reformas sociais levadas a cabo por Getúlio Vargas que, diante de desentendimentos com as diretrizes do Partido para a classe trabalhadora, optam por fundar o PTB no Rio Grande do Sul. (FERREIRA, 2000)

A montagem das bases getulistas do sistema político pós-45 foi um processo complexo que só se delineou em finais de 1945, quando se constatou a impossibilidade de manter, em um mesmo partido, os diferentes setores sociais que apoiavam Getúlio Vargas.

A pouca sensibilidade das oligarquias pessedistas para com as demandas trabalhistas e a forte penetração dos comunistas no movimento sindical, fornecem fortes chaves explicativas para a compreensão dos motivos que levaram à fundação do PTB. Como ressaltou Alexandre Fortes, boa parte dos sindicalistas que fundaram o Partido no Rio Grande do Sul tinha fortes ligações com a estrutura administrativa montada no Ministério do Trabalho. (FORTES, 2004, p. 359)

O que nos interessa, por ora, é que Brizola opta por ingressar no PTB e conquista uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul por essa legenda. Sua eleição se deveu, em grande parte, ao grande papel que desempenhou, juntamente com os integrantes da Ala Moça do partido, na fundação do PTB em todo o Estado.

Brizola, Wilson da Silveira, Bonorino Butelli e outros estudantes acompanharam os líderes sindicais José Vecchio, Leopoldo Machado, Francisco Santos, Sílvio Sanson e Valdemiro de Lemos, todos de origem pobre, e saíram a organizar o PTB pelo interior do Rio Grande do Sul. (BANDEIRA, 1979, p.44)

Resta-nos, agora, entender um pouco do contexto histórico que se abre com o fim do Estado Novo e alguns elementos da atuação de Brizola enquanto legislador.

OS PRIMEIROS ANOS DO PÓS-45

Passados os momentos de euforia vividos pelo processo de redemocratização, a conjuntura que se apresenta após 1945 é radicalmente distinta do período varguista, tanto nacional como internacionalmente.

No campo internacional, após 1947, cristaliza-se a polarização ideológica da Guerra Fria, fato que impõe uma série de redefinições políticas a todo o mundo. Nesse contexto, o próprio Partido Comunista tem sua linha de atuação definida e redefinida sucessivas vezes. (SILVA & SANTANA, 2007)

No campo político brasileiro, Vargas é deposto, mas sua influência sobre o sistema ainda é sentida. Tanto que os três maiores partidos que surgem no período são definidos a partir de seus

posicionamentos em relação ao getulismo. São eles: o PSD e o PTB - que se definem pró-Getúlio - e a UDN que era antigetulista. (SKIDMORE, 1976).

Uma descrição do sistema político do período não estaria completa sem se fazer referência ainda aos inúmeros partidos considerados pequenos (entre eles: o PL, o PRP, o PSP etc.) e ao Partido Comunista Brasileiro que se constituía na quarta força mais representativa no quadro dos partidos políticos brasileiros, como demonstraram os surpreendentes 10% dos votos alcançados em 1945 por seu candidato à Presidência, o até então desconhecido Yedo Fiúza, bem como as expressivas bancadas eleitas pelos comunistas nos maiores estados e em diversos dos mais importantes centros urbanos do país.

Ainda sobre o processo de montagem desse sistema político, cumpre destacar alguns aspectos. Primeiro, a grande indefinição acerca da posição de Getúlio Vargas diante do pleito que se avizinhava no ano de 1945. O movimento queremista estava a pleno vapor e exigindo a instalação de uma Assembleia Constituinte sob o comando do ditador. Vargas manteve uma postura ambígua até os limites do possível, mas optou por não lançar sua candidatura.

Segundo, e em íntima relação com o primeiro aspecto, o PTB nasceu intimamente associado ao Ministério do Trabalho com o intuito de canalizar a onda de movimentações populares pró-getúlio Vargas e seu projeto trabalhista, delineado nos anos do Estado Novo, em uma instituição com forte penetração na classe trabalhadora. (GOMES, 2007)

Sua criação atendia também ao interesse de conter o avanço da influência do comunismo sobre os trabalhadores urbanos. É interessante lembrar o aumento de sua influência no Brasil a partir da década de 20. Exemplar a esse respeito é o fato de o Brasil ter sido o único país da América Latina a sofrer com uma tentativa direta de levante comunista no período, embora malfadado. Essa tentativa ocorreu no ano de 1935 e foi coordenada pela ANL (Aliança Nacional Libertadora).

Passadas as articulações iniciais, o pleito presidencial de 1945 tem como grande vencedor um candidato do PSD, o general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Getúlio Vargas, muito em função do apoio do ex-ditador à sua candidatura. Muito contrariados, os trabalhistas de todo o Brasil garantem a eleição do general.

A política econômica de Dutra, diferentemente do projeto getulista, pautou-se pela abertura dos mercados ao investimento estrangeiro e pela diminuição do papel do Estado na economia. Essas medidas logo causaram grande insatisfação nos meios mais populares, pois juntamente com a crise econômica, sobrevieram medidas repressivas à movimentação da classe trabalhadora, fatos que explicam a oposição dos trabalhistas ao seu governo.

O presidente interveio nos sindicatos substituindo um grande número de lideranças e reprimiu duramente todas as manifestações dos trabalhadores. O auge das duras medidas repressivas do general veio em maio de 1947 com a cassação do registro do Partido Comunista e de todos os órgãos a ele associados. Completando o esforço repressivo, todos os mandatos dos representantes eleitos pelo extinto partido foram cassados em janeiro de 1948.

As principais características do regime dutrista estavam, então, apresentadas. Fortes restrições à organização dos trabalhadores, coroadas com o fechamento do PCB e a cassação de seus representantes, associadas a uma política econômica que, em última instância deflagrou uma profunda crise, aumentando sensivelmente o custo de vida.

A crise econômica majorava os preços dos produtos, inclusive os de primeira necessidade, provocando intenso descontentamento social, principalmente nos setores de mais baixa renda da população, e essas manifestações eram duramente reprimidas pelo Governo, realimentando o ambiente de instabilidade política e social.

Seria, entretanto, muito simplista atribuir o grande número de greves ocorridas no período, que não foram poucas, à lógica exclusiva da majoração de preços. Ou seja, não é possível atribuir uma motivação puramente econômica às manifestações dos trabalhadores.

Como bem demonstra John French, muitas das greves que aconteceram em 1947 tinham por objetivo a implementação efetiva do artigo 157 da Consolidação das Leis Trabalhistas, que conferia o descanso semanal remunerado aos trabalhadores.

Além disso, destaca o autor, havia também um componente político nas greves do período, que se manifestava através de uma ampla compreensão de seu peso na recém-inaugurada democracia brasileira, um processo que se iniciara com a Revolução de 1930 e com a ação de Getúlio Vargas no sentido de incorporar os trabalhadores na política brasileira. (FRENCH, 1995. p. 159)

O grande número de greves ocorridas no período, assim como o conteúdo de sua pauta de reivindicações deixa entrever, primeiro, a existência de uma lógica de atuação que vai além dos aspectos puramente econômicos e, segundo, a existência de um certo grau de mobilização das classes trabalhadoras. Cabe agora elucidar alguns aspectos da conjuntura do Estado do Rio Grande do Sul, palco de atuação de Leonel Brizola.

O PÓS-45 NO RIO GRANDE SUL: A ATUAÇÃO DE BRIZOLA

Em termos gerais, o cenário apresentado acima para o Brasil não difere muito do presente no estado do Rio Grande do Sul no período. O pleito para governador do Estado teve como vencedor o candidato do PSD, Walter Jobim, que contava ainda com o apoio do PCB e do PRP e que derrotou Alberto Pasqualini, candidato do PTB e Décio Costa, candidato pela coligação UDN/PL.

O apoio do Partido Comunista, entretanto, teria se dado de forma não oficial, dado o clima reinante de anticomunismo, e pode ser entendido em função da postura antigetulista assumida pelo PC nesse momento, pois disputava com o PTB de Getúlio o apoio das mesmas bases sociais. O PTB de Brizola se estabelece, portanto, enquanto oposição ao governo estadual. Postura reforçada pela boa votação conquistada pelo partido no âmbito do legislativo. Os trabalhistas constituíram a maioria da bancada com 23 cadeiras, que associadas às cinco do Partido Libertador, garantiram uma maioria oposicionista na Assembleia, que tinha, ao todo, 55 assentos. (HEINZ, 2005)

O Partido Trabalhista Brasileiro, em sua seção gaúcha, entretanto, não se constituía enquanto grupo homogêneo. João Batista Cruz, baseado nos estudos de Lucília Neves Delgado, classifica os trabalhistas gaúchos em três grupos: os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas, e os pragmáticos reformistas. (CRUZ, 2010)

O primeiro grupo era composto pelos chamados políticos profissionais e pelos sindicalistas, o segundo grupo, liderado por Alberto Pasqualini, tinha como membros, intelectuais e profissionais liberais que pautavam sua atuação pela definição das bases programáticas do partido. O terceiro grupo combinava elementos das duas correntes anteriores.

Dentre as peculiaridades da seção gaúcha do PTB, destaca-se sua combatividade e feição mais progressista. A razão dessa especificidade deveu-se à incorporação e à participação, desde os primeiros anos de sua formação, de um grupo social-reformista, a União Social Brasileira, organização liderada por Alberto Pasqualini, que ingressa no PTB no ano de 1946.

Esse caráter social-reformista conferido ao partido pelo ingresso do grupo de Alberto Pasqualini teve forte influência sobre os pragmáticos reformistas, entre os quais se situa Leonel Brizola. Traços dessa tendência ficam explícitos quando da análise da conjuntura econômica do estado.

Nesse âmbito, o estado se via às voltas com a seguinte questão: qual o papel econômico do estado do Rio Grande do Sul, nos novos termos da economia nacional? A resposta a essa questão envolveu diversos projetos de desenvolvimento econômico para o estado.

Como mostra Geraldo Müller, entre a década de 30 e a de 60, assiste-se a um processo de nacionalização da economia, de integração econômica entre os estados na formação de uma economia nacional. (MÜLLER, 1979)

É interessante lembrar que, durante a Primeira República, muitas das decisões de política econômica, como, por exemplo, a solicitação de empréstimos a outros países, era faculdade dos Estados da Federação. A Revolução de 30, nesse sentido, além de delinear um novo arranjo político institucional, provoca sérias transformações na estrutura econômica brasileira.

Essas transformações ocorreram no sentido de aumentar, cada vez mais, a atuação do Estado na economia, centralizando as decisões no Executivo Federal. Elas eram necessárias para o projeto de industrialização levado a cabo por Getúlio Vargas. Eram justificadas, na medida em que se recordavam os insucessos das políticas econômicas existentes na Primeira República, cujas limitações ficaram evidenciadas pelos efeitos catastróficos da crise de 1929 sobre o país. A partir de 1930, ficou delineado que o Brasil não mais poderia desempenhar o papel de mero exportador de matérias-primas. Era necessário desenvolver o parque industrial brasileiro.

A década de 1930, no mundo, foi uma década de profundos questionamentos dos paradigmas liberais, tanto do liberalismo político, quanto do econômico, em função de sua contribuição direta para a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Delinearam-se, portanto, uma série de novas medidas que perpassavam, em sua grande maioria, pela reativação do papel do Estado Nacional. (HOBSBAWM, 1995)

Em termos econômicos, ficou provado, a partir da crise de 1929, que ao esperar o desenvolvimento “natural” da economia, o ingresso do Brasil no rol dos países industrializados estaria adiado para um futuro longínquo e incerto, pois não havia como garantir o reinvestimento dos lucros obtidos com as exportações de café no setor mais dinâmico da economia, a indústria. Era preciso, portanto, que o Estado atuasse com esse intuito.

A região favorecida nos projetos nacionais de industrialização era o chamado Centro-Sul, marcadamente os estados do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e São Paulo.

O Rio Grande do Sul desenvolveu uma indústria altamente dependente. Seu “modelo histórico” era baseado na pecuária extensiva, cuja produção era associada à indústria frigorífica, em mãos principalmente de grupos estrangeiros.

Müller mostra que, a partir da década de 40, esse modelo econômico gaúcho começa a ser questionado em função dos limites que vinha vivenciando. Segundo o autor, nessa nova fase da economia, o otimismo quanto ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul dá lugar a uma fase de sérias dúvidas e questionamentos sobre o potencial do estado.

Como já dito anteriormente, o Governo Federal passa a ter um controle mais efetivo das decisões de política econômica e o Rio Grande passa a não mais depender de seus próprios investimentos para reproduzir sua indústria que, até então, era intimamente associada à produção de gêneros alimentícios, sobretudo a pecuária, e dependente da exportação, seja para outros estados brasileiros, seja para outros países.

Surge, assim, a necessidade de dinamizar a economia através do fomento ao mercado interno e, como seu corolário, a necessidade do trato com a classe trabalhadora, na medida em que são conhecidas as diversas transformações sociais inerentes ao processo de industrialização: êxodo rural, greves, questões salariais, etc. Entende-se, então, a tão famosa necessidade de incorporação da classe trabalhadora nessa nova sociedade, presente no ideário positivista das elites políticas gaúchas.

Os principais inibidores do desenvolvimento gaúcho, entre meados da década de 40 e meados da década de 50, são a rede de distribuição de energia elétrica e as rodovias, com destaque para o primeiro. Analistas e atores do período questionavam de que adiantaria a construção de rodovias enquanto as indústrias sofriam com a distribuição de energia.

A solução dos problemas da economia gaúcha passava por decisões principalmente políticas, tanto no próprio Rio Grande, para determinar os rumos do desenvolvimento econômico, quanto na relação a ser estabelecida com o Estado brasileiro, no sentido de se aproximar do executivo nacional e angariar recursos para as indústrias gaúchas.

À medida em que a luta por um polo industrial, no RS, foi implicando aspectos políticos e financeiros mais amplos e profundos, a burguesia mercantil e produtora agropecuária e industrial rio-grandense deixou de lado seu gauchismo e passou a se articular ao nível nacional – que implicava, já, ser nacional-internacional. (MÜLLER, 1979. p. 360)

Destaca-se na citação acima, o fato de a articulação das elites políticas ser conceituada como “nacional-internacional”, ou seja, a luta pela industrialização do Rio Grande tanto compreendia a redefinição do papel do Estado na Federação, quanto contribuiria para uma certa mudança no papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. A faceta internacional pode ser entendida ainda pela necessidade, imposta aos países ditos subdesenvolvidos, de entrada de capital estrangeiro.

Brizola ingressa na vida política gaúcha nesse período de intensas dúvidas acerca do papel do Rio Grande do Sul, cheio de debates que envolviam as possibilidades e dúvidas sobre o tipo de projeto econômico e social mais adequado ao desenvolvimento do estado.

Ainda segundo Müller, entre os projetos de desenvolvimento que dividiam a elite política gaúcha, podemos destacar a polarização do debate ocorrido entre as ideias defendidas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Democrático (PSD). Este último defendia um projeto de industrialização ainda muito voltado para a vocação agropecuária do Rio Grande do Sul, enquanto o primeiro entendia serem necessárias à indústria gaúcha uma maior dinamização de

sua economia, uma diversificação de investimentos e a atração de investimentos em outros setores da economia, como os bens de capital ou de transformação.

[...]. Da distinção observada entre os dois grupamentos políticos [UDN e PSD] não fica clara a definição de um e de outro; isso ocorre, de fato, quando postos em relação com o PTB. A ênfase dessa organização incide num certo controle do capital privado, para que ele adquira feições reais de justiça social. (MÜLLER, 1979. p. 382)

Nos primeiros anos da democratização, o PTB adota uma postura de incentivar o modelo histórico gaúcho para depois radicalizar no sentido de adotar uma nova estratégia de desenvolvimento.

Posto isto, pode-se asseverar que a posição petebista adere, inicialmente, à estratégia industrializante, que busca o aproveitamento das matérias-primas do RS, e, depois, à estratégia 'polo industrial'. O depois refere-se ao período de aceleração industrial no Centro do país, que coincide com o aguçamento da situação rio-grandense. É nesta segunda fase que ocorre a cesura no PTB gaúcho. (MÜLLER, 1979. p. 401)

A segunda fase diz respeito ao segundo governo Vargas e ao governo de Juscelino Kubtschek, quando a continuidade de um projeto de industrialização que privilegia a instalação das indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital no sudeste, reforçam o papel econômico do Rio Grande do Sul como economia dependente, dificultando a implantação das chamadas indústrias de base. É nessa conjuntura que a atuação de Brizola adquire maior consistência e direção. Seu contato mais incisivo com as classes populares foi o catalisador dessa orientação política.

A cesura interna mostrará duas posições: de um lado, a posição nacionalmente realista, que aceita a combinação de capitais, nacional-estrangeiro, e vê as disparidades como uma necessidade própria dos momentos de transição e, estadualmente, mais conservadora, que procura não intervir nos interesses consolidados, enfatizando a saída pelo caminho de menor resistência. (...) De outro lado, a posição nacional (estadualmente mais radical), liderada por L. Brizola, que tende preferencialmente à estratégia capitalismo nacional autônomo, mas que oscila entre esta e o socialismo. (...) A ruptura interna do PTB se deveu, em termos políticos, à aproximação de uma parcela do partido aos partidos comunista e socialista. E o elemento de aproximação foi a massa popular. (MÜLLER, 1979. pp. 401-402)

Segundo Müller, portanto, a atuação de Brizola na primeira legislatura (1947-1951), estaria inserida na ótica de desenvolvimento pela via "industrializante". Elucidativos a esse respeito são dois discursos proferidos por Brizola. O primeiro trata da defesa da triticultura no Rio Grande do Sul, o segundo tece severas críticas ao governo estadual por não fazer o esforço necessário ao incentivo da produção gaúcha.

No primeiro pronunciamento acima mencionado, Brizola apresentou e defendeu um requerimento que pede esclarecimentos ao Governo Estadual, especialmente à Secretaria de Agricultura, sobre os planos para incentivo da lavoura do trigo no Rio Grande do Sul.

O pronunciamento começa tratando da grave situação das lavouras no estado, fazendo especial menção ao problema da distribuição de sementes:

Já estamos em plena época de semeadura no Estado e podemos sentir, pela palavra de muitos agricultores, de muitos conhecedores da causa, as preocupações dos nossos tricultores sobre contínuas dificuldades existentes para a obtenção de sementes desse precioso cereal. (BRAGA, 2004. p. 314)

Em sua argumentação de defesa do requerimento nº 44, Brizola fez a seguinte afirmação:

Afirmar, há bem pouco, que talvez ainda até o momento, não nos enquadrarmos realmente na estrada que nos conduzirá à completa emancipação econômica nesse setor de nossa produção, porque penso que conseguiremos, exclusivamente no Rio Grande do Sul, produzir todo trigo que o Brasil carece, desde que possamos cultivar as imensas campinas da fronteira do nosso Estado. Tenho, para mim, que ainda em minha vida poderei ver aquelas imensas planícies do nosso querido Estado, cobertas pelo trigo que irá nos emancipar das verdadeiras algemas que nos prendem a compromissos no estrangeiro, que irá prestar uma das mais inestimáveis contribuições à libertação econômica do nosso querido país. E, isto, sr. Presidente, é uma tarefa apenas de boa vontade. (BRAGA, 2004. p. 316) [Grifos nossos].

Essa passagem é reveladora de alguns aspectos interessantes da conjuntura do período. Primeiro, a questão do papel da indústria gaúcha no desenvolvimento econômico nacional. Por seu histórico de economia dependente, baseada na produção de gêneros alimentícios, o Rio Grande do Sul não podia prescindir, na estrada que o conduziria a um papel de maior projeção na federação, dos investimentos diretos no ramo mais desenvolvido de sua produção, já que a maior parte do dinheiro a ser investido no desenvolvimento econômico adviria desse setor.

A defesa e investimento na produção rio-grandense, além de contribuir para aumentar as divisas econômicas do estado, contribuiriam, por fim, para minimizar o papel de dependência econômica do Brasil frente às economias mais desenvolvidas.

Sobressai, assim, uma ideia inicial do papel do Brasil na chamada Divisão Internacional do Trabalho e de como o Rio Grande do Sul poderia contribuir para a transformação desse papel. Como mostrou Müller, fica evidente o aspecto de nacionalização da economia, entendido como uma crescente centralização administrativa e aumento do papel do executivo federal na definição dos rumos da economia brasileira, diminuindo sensivelmente a autonomia dos estados, característica da política brasileira durante a primeira república.

Esses aspectos ficam ainda mais evidentes ao se analisar o pronunciamento de Brizola em setembro de 1948. O discurso se apresenta como uma crítica ao governo estadual por não estar empenhando o esforço necessário para resolver os problemas da grave situação econômica rio-grandense. As constantes crises no comércio de gêneros alimentícios são evocadas para denunciar o abandono a que o estado é submetido, mas o ponto central a demonstrar a inatividade do governo estadual em angariar o apoio necessário, junto ao Governo Federal para resolver tal situação, (justificando a crítica) é o mecanismo da distribuição de licenças de exportação.

É fácil, Sr. Presidente, constatarmos a veracidade da afirmativa, se examinarmos os dados estatísticos relativos aos tempos próximos passados e verificarmos também todo esse emaranhado com o que o comércio exportador do Rio Grande do Sul se vê a braços para conseguir licenças, pelas imposições do Governo Federal.

As licenças, Sr. Presidente, dependem da Metrópole, quando, pela ação que deveria ter sido cometida pelo Governo do Estado, poderíamos possuir um encaminhamento mais fácil, mais pronto e mais expedito para todos esses assuntos. (ALERGS, Anais. Vol.19 p. 3)

Segundo se depreende da leitura do discurso com seus referidos apartes, a Instituição que controlava a distribuição dessas licenças era o Banco do Brasil. Os pedidos de licenças eram enviados pelas diversas filiais do banco espalhadas pelo Brasil e as licenças eram concedidas, ou não, no Rio de Janeiro.

As críticas ao funcionamento desse dispositivo se dirigem em dois sentidos: primeiro, a demora na execução de todo esse trâmite burocrático que faz com que muitas mercadorias não sejam comercializadas em tempo hábil, elemento importante a ser considerado em se tratando, em sua maioria, de gêneros alimentícios. É o que se depreende desse trecho da fala de Brizola.

Mas eu pergunto, Sr. Presidente, que nos adiantam estradas se a produção rio-grandense fica, em sua totalidade, acumulada nos pontos de embarque, nos pontos onde deveremos exportá-la para o estrangeiro ou para outros Estados da Federação. (ALERGS, Anais. Vol. 19. p.5)

E desse trecho da fala do deputado Antonio Maria, representante do Partido Libertador, que aparteu a fala de Brizola quando este mencionava a situação da exportação de arroz:

[...] Até hoje estamos esperando a licença por parte da carteira de exportação e importação do Banco do Brasil. É bem possível que este negócio, que é um dos poucos que aparecem no momento, vá ser perdido, porque esta licença não vem em tempo de declarar o término do convênio entre Brasil e Argentina que expira a 15 do corrente. (ALERGS, Anais. Vol. 19. p.8)

As críticas do parlamentar se estendem aos critérios estabelecidos para a distribuição das referidas licenças:

Corroborando as afirmações de V. Exa.[Dep. Leonel Brizola], no tocante às licenças de exportação para os produtos rio-grandenses, devo relatar um caso que se passa no momento. Realmente nós, lá do extremo meridional do Brasil, estamos muito afastados das autoridades concessionárias dessas licenças e, quando lá chegamos com nossa mercadoria, para cuja produção contribuímos com o melhor de nossos esforços, com o nosso capital, com o suor dos nossos produtores, quando lá chegamos, não conseguimos as licenças porque elas foram prometidas, há um ano antes, para uma firma da capital da República. (...) Isso é um absurdo que é preciso, mais uma vez, verberar e apontar quem sejam os culpados, porque é preciso caracterizar bem quem tem o direito de

exportar uma determinada mercadoria: se aqueles que entram eventualmente como 'paraquedistas' nos negócios, ou os que estão identificados com a produção.[...](ALERGS, Anais. Vol.19 p.4)

É esse segundo aspecto que justifica as críticas dirigidas ao governo estadual no sentido de exigir dele uma defesa mais incisiva dos interesses dos produtores rio-grandenses. Na continuidade do mesmo aparte acima mencionado, o já referido deputado do PL acrescenta:

[...] É preciso que, de uma vez por todas, o Governo do Estado tome providências junto ao Governo Federal para que as licenças dadas ao Rio Grande do Sul sejam concedidas em globo ao Estado, e este as redistribua pelas firmas que tem o direito de exportar as mercadorias. (ALERGS, Anais. Vol. 19. p. 4)

É ainda neste sentido, de criticar o governo e exigir dele uma postura mais ativa – postura que, as críticas deixam entender, seria provavelmente muito diferente caso o governador fosse de algum dos partidos da oposição –, que podemos entender a seguinte afirmação de Brizola.

Como dizia, Sr. Presidente, pode ser que não seja bem assim, mas, no meu entender, acho que, nos dias em que estamos vivendo no Rio Grande do Sul, muito mais governa o Rio Grande o Banco do Brasil do que o Sr. Walter Jobim. [...] (ALERGS, Anais. Vol. 19. p. 4)

Evidenciam-se nesses trechos alguns elementos interessantes. No que diz respeito à estruturação do discurso, não se pode perder de vista que ele está ordenado com o sentido de criticar. Não apresenta, portanto, caráter propositivo. Não tem o intuito de debater propostas. Pode, então, ser entendido como um momento de definição de certos pressupostos políticos, de marcar posições.

Nesse sentido, o discurso político, de modo geral, como tem relação direta com a arregimentação da opinião pública, estrutura a argumentação em torno de determinada proposta ou crítica de maneira relacional. A ideia é posicionar o leitor ou ouvinte no campo das propostas e dos partidos políticos e convencê-lo da certeza de suas palavras.

Por mais que não se possa mensurar o alcance de um discurso proferido em um recinto fechado, em sessão parlamentar, não se pode perder de mente que essas são abertas ao público e as falas são registradas nos anais, que constituem arquivo de consulta pública.

É desse modo que podemos perceber como a crítica muda de destinatário, no desenvolvimento do pronunciamento. Ela começa dirigida ao governador do Estado, e passa a se dirigir a todo o Partido Social Democrático, tanto em nível estadual como em nível federal.

A responsabilidade desse esquecimento é do PSD que tem lá quase a representação integral do Rio Grande do Sul, tanto na Câmara Federal, como pela colaboração que empresta, através de dois ministérios, ao Governo do Gen. Gaspar Dutra. (ALERGS, Anais. Vol.19. p.5)

Também nessa perspectiva é que se fundamentam os inúmeros apartes realizados na fala de Brizola, que fazem, inclusive, com que sua fala tenha a conclusão adiada para a sessão posterior, na qual o deputado se limita a reafirmar os pontos de sua crítica ao executivo estadual.

O aparte mais elucidativo a esse respeito é o do deputado Tarso de Moraes Dutra, representando o PSD, que afirma:

Queria dizer a V. Exa. que as afirmações que está fazendo com grande brilhantismo, da sua tribuna, serão cabalmente contestadas pelo meu partido, no momento oportuno, ponto por ponto. (ALERGS, Anais. Vol. 19, p. 4)

Mais do que o teor da crítica ou da resposta, o mais importante a se reter, por ora, é a lógica de demarcação de posições, de embate político declarado, não em torno de uma proposta concreta, mas acerca de visões e projetos distintos para a sociedade.

No que diz respeito ao conteúdo das falas, é interessante perceber que a centralização política e administrativa ocorrida com a Revolução de 30, também ocorreu no campo econômico. O estado do pós-30 tem um papel muito mais ativo na definição das regras da economia, destacando-se o papel fundamental exercido pela capital da República como palco principal dessas questões. A autonomia administrativa dos estados, entretanto, permanece. O que ocorre é uma mudança na dinâmica da relação entre os estados e o Governo Federal.

No caso da política econômica, por exemplo, existe um controle muito maior, por parte do Governo Federal, dos mercados interno e externo, como fica evidenciado através da concessão das licenças para exportação. Isso implica uma mudança na estratégia política dos estados que, a fim de terem seus interesses contemplados, necessitam de, minimamente, tecer aproximações e acordos com o Governo Federal.

No caso do Rio Grande do Sul, essa aproximação se revelaria natural, tendo em vista que ambos os executivos, o estadual e o federal são controlados pelo mesmo partido, o PSD. Como, na visão da oposição, essa aproximação não se traduz em ganhos efetivos, o discurso ganha ares cada vez mais enfáticos.

Os discursos políticos, por terem como objetivo último a arregimentação da opinião pública, fornecem, muitas vezes, relatos parciais sobre determinado acontecimento com o intuito de descaracterizar ou caracterizar negativamente a atuação política dos opositores e, assim, justificar seus ataques e tomar-lhes os votos. Seria o caso, por exemplo, de suspeitar da superexploração da crise feita pela oposição como discurso vazio com fins puramente eleitoreiros.

Os dados acerca da situação econômica do Rio Grande do Sul, entretanto, dão fundamento às críticas feitas pelos setores da oposição ao governo pessadista. Basta uma rápida olhada nos jornais de maior circulação em Porto Alegre, entre os anos que compõem essa primeira legislatura (1947-1951), para constatar as sucessivas crises que afetavam a produção do Estado.

No âmbito da Assembleia Legislativa, essa crise econômica pode ser constatada, por um lado, através do grande número de discussões relativas aos problemas da agricultura, pecuária rio-grandense, da lavoura do arroz, do trigo, da mandioca e da produção do vinho, somente para citar alguns exemplos e, por outro, nas discussões orçamentárias, nas quais evidencia-se um aumento exponencial do déficit orçamentário do Estado. (HEINZ, 2005, p. 20)

Em momento algum a lógica perniciosa apresentada pelos setores de oposição de desprestígio do Rio Grande do Sul e de seus produtores junto ao governo federal, sobretudo no que diz respeito à distribuição das licenças de exportação, é contestada pelos deputados representantes do partido

do governo. A situação econômica ruim era um fato; restava decidir, no âmbito de uma discussão eminentemente política, os culpados e as possíveis soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizando-se a historiografia, percebe-se que a maioria dos estudos sobre a atuação de Leonel Brizola, tanto dentro do Partido Trabalhista, quanto nas esferas administrativas, concentram-se no período pós-1954. (FORTES, 2004b)

Dentro do PTB, esses anos correspondem aos anos “sem Vargas”, nos quais diversas lideranças competiram para estabelecer as diretrizes do Partido. No jogo político nacional, correspondem a anos de intensas movimentações políticas. (GOMES, 1994 & FERREIRA, 2004)

É evidente que as atitudes de maior repercussão em sua trajetória política aconteceram nesse período. Contudo, para melhor compreender as razões de seu posicionamento político, alguns elementos do início de sua carreira política merecem consideração, principalmente pelo aspecto de aprendizado e da experimentação da democracia.

Brizola fez parte de uma geração de políticos que tiveram no regime inaugurado com a queda de Getúlio Vargas em 1945, o primeiro contato com o funcionamento de uma democracia. Muitos deles participaram, inclusive, da elaboração da Constituição Federal em 1946 e das Constituições Estaduais em 1947.

Nesse sentido, as opções políticas desses indivíduos não estavam dadas. Foi necessário grande esforço de compreensão da realidade para saber se posicionar politicamente.

A realidade apresentada a Brizola no governo Dutra era de uma recente abertura democrática, com papel cada vez mais ativo do Estado nas esferas política e econômica e uma grave crise econômica manifestada no alto índice de inflação sem reajuste de salários, que tinha como consequência o aumento das manifestações populares.

Diante da redefinição do relacionamento com o Governo Federal e da grande movimentação social dos trabalhadores do período é que podemos compreender as atitudes e posicionamentos nacionalistas de Brizola, bem como sua habilidade para dialogar, transitar entre as duas esferas.

Elucidativo a esse respeito foi seu posicionamento diante da “greve branca” dos estudantes da Federação de Estudantes Universitários de Porto Alegre contra os proprietários de cinema que não adotaram o desconto de 50% nas entradas, relatada por Alexandre Fortes (FORTES, 2004b). A radicalização das manifestações foi duramente reprimida e Brizola, que inicialmente havia adotado uma postura de solução do conflito pela negociação, aliou-se aos estudantes, condenando as arbitrariedades cometidas pela polícia.

Analisar melhor como esses indivíduos interpretaram e agiram frente aos acontecimentos de sua época, pode ajudar a elucidar aspectos significativos daquele momento da história da República brasileira.

NOTAS

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

² A Era Trabalhista corresponde ao período compreendido entre os anos de 1945 e 1964. Ver: SENTO-SÉ, João Trajano. A era do líder popular. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRIZOLA, Leonel. Verbete. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro do pós-30.** CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 25/04/2011.

CRUZ, João Batista Carvalho da. **Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, RS, 2010.

FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

_____. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: **1964-2004: Anais do seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil.** Rio de Janeiro: 7letras, 2004. p. 41-51.

_____. Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX).** Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 182-218.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas.** Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Trabalhismo e classe trabalhadora. As origens sociais do brizolismo em Porto Alegre. Anais do Congresso da LASA, Las Vegas, Nevada, 7-9 de outubro, 2004. Disponível em: http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2004/files/FortesAlexandre_xCD.pdf. Acesso em: 20/04/2011.

FRENCH, John D. **O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.** São Caetano do Sul, São Paulo: Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

FERNANDES, V. dos S.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.).

Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964). Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-82.

_____. Brizola e o trabalhismo. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.11-20, jan./dez. 2004.

_____. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.)

Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 133-160.

HEINZ, Flávio M (org.). **O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982.** Col. Os 170 anos do Parlamento Gaúcho: v. 3. Porto Alegre: CORAG, 2005. 108p

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLÖCKNER, Luciano. **O diário político de Sereno Chaise. 60 anos de História.** Porto Alegre: AGE, 2007. 217p.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DECANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: Economia & política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 358-402.

SENTO-SÉ, João Trajano. A era do líder popular. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008. p. 182-201.

SILVA, Fernando Teixeira da. & SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964).** Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 101-140.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Fontes.

ALERGS. Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Vol. 19. Setembro de 1948.

BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (coord.). **Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004).** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. 626p. Série perfis parlamentares.